Resenha da ata da 7ª Reunião Ordinária do Conselho Deliberativo

Realizada em 29 de julho de 2021 – por videoconferência

Foi declarada aberta a 7ª. Reunião Ordinária do Conselho Deliberativo, sob a presidência do **Presidente do Conselho Deliberativo, Conselheiro Paulo César Corrêa Borges,** e demais integrantes da **Mesa Diretora do Conselho Deliberativo: Vice-Presidente, Conselheiro Gilmar Belluzzo Bolognani; 1º Secretário, Conselheiro Edson Toshio Kubo; - 2ª. Secretária, Conselheira Ester Miriam Belo Rodrigues.** A reunião foi realizada por videoconferência, em razão das medidas sanitárias diante da pandemia da Covid-19. O Presidente do Conselho Deliberativo saudou a todos; o **Presidente do Conselho Fiscal, Conselheiro Dalmar Cassapula,** cumprimentou a todos; a **Coordenadora Elvira Stippe Bastos** saudou a todos; e, assim, também o fizeram o Vice-Presidente, o 1º. Secretário e a 2ª. Secretária.

Ata da 6ª. Reunião Ordinária

Apreciação e votação da ata da 6ª. Reunião Ordinária. Aprovada a Ata, com correções e a abstenção da Conselheira Edna Pedroso de Moraes.

Proposição da Mesa Diretora do Conselho Deliberativo - Retomada das reuniões presenciais, considerando que quase a totalidade dos integrantes do Conselho Deliberativo já foram vacinados com duas doses ou dose única, e foi determinada a suspensão do trabalho remoto no funcionalismo público estadual a partir de 14 (catorze) dias da segunda dose ou da dose única; com a adoção dos protocolos de segurança que a Coordenadoria de Eventos tem adotado no âmbito da AFPESP, ressalvada a impossibilidade de realização presencial decorrente de determinações das autoridades sanitárias locais (Capital-SP), em virtude da pandemia.

O **Presidente do Conselho Deliberativo** esclareceu que a proposição feita não é só para revogar a resolução do Plenário do Conselho Deliberativo, na reunião de 24.09.2020, quando aprovou por unanimidade a manutenção das reuniões por videoconferência, retornando às reuniões presenciais apenas quando a cidade de São Paulo permanecesse ao menos por 28 dias consecutivos na Fase 4 – Verde, do Plano São Paulo de Retomada Consciente, mas para permitir que a Mesa Diretora possa nas próximas reuniões, de acordo com a situação do momento, fazer a decisão mais adequada: se houver o recrudescimento das medidas de segurança sanitária, continuaremos com as reuniões por videoconferência, mas se houver a facilitação em razão da vacinação já feita a todos, a Mesa Diretora poderá fazer a convocação que melhor se adeque ao momento e à nossa realidade. O **Vice-Presidente** relatou que poderíamos ter problemas com o registro das Atas. O **1º. Secretário** compartilhou o entendimento do Vice-Presidente. A **2ª. Secretária** se manifestou favorável à reunião presencial. A **Conselheira Helena Niskier** lembrou que a questão das cores utilizadas no Plano de Contingenciamento não existe mais, agora é transição ou liberação. A transição é até o dia 17/08. O **Presidente do Conselho Deliberativo** falou que permitir a reunião presencial não significa que ela será a regra de imediato, e a reunião do dia 12 terá por objeto único o regulamento das nossas eleições, que tem que ser registrado também em Cartório. O **Presidente do Conselho Fiscal** alertou que os Conselheiros teriam de fazer o teste do antígeno para Covid-19. O **Conselheiro Eduardo Primo Curti** manifestou sua preocupação quanto ao dimensionamento do nosso auditório, a aglomeração nos elevadores, porque mesmo vacinada a pessoa não deixa de pegar e transmitir a Covid. O **Conselheiro Cássio Juvenal Faria** registrou sua oposição absolutamente contrária à retomada das reuniões presenciais já na próxima reunião de agosto. Manifestou sua preocupação com o fato de a reunião presencial ocorrer num auditório em que, se houver um comparecimento maciço, será muito difícil atender às recomendações de distanciamento, além da aglomeração no hall ou dentro dos elevadores. Se manifestou em sentido contrário à proposição, ou pelo menos que a deliberação sobre a proposta da Mesa seja postergada para a próxima reunião ordinária virtual do mês de agosto. O **Conselheiro Antônio Carlos Duarte Moreira** propôs fazer reuniões mistas ou híbridas, presenciais e por videoconferência. O **Conselheiro Edison Pinceli** destacou que se for aprovada a reunião presencial, não deveria haver o jantar. A **Conselheira Haydée** concordou com os Conselheiros Curti, Cássio e Duarte. O **Vice-Presidente da Mesa Diretora** sugeriu que, no caso da reunião presencial, não se faça no terceiro andar, mas no primeiro andar. O **Presidente da Mesa Diretora** propôs aos demais membros da Mesa Diretora o acolhimento do adiamento da deliberação sobre as reuniões presenciais, para a próxima reunião, e todos acolheram a postergação. O **Conselheiro Cássio Juvenal Faria** agradeceu a compreensão da Mesa Diretora.

Proposta da Mesa Diretora do Conselho Deliberativo para a Composição da Comissão Eleitoral na forma do Artigo 104 do Estatuto Social - Titular e Suplente, respectivamente, os seguintes associados: **Titular Paulo Massaru Uesugi Sigiura**: Diretor de Supervisão da Fiscalização do Tribunal de Contas do Estado de São Paulo e palestrante sobre temas como Gestão Pública, preparação de Relatórios e Plano de Comunicação, orientando prefeituras e câmaras municipais do Estado de São Paulo. **Suplente Daphéne de Abreu de Souza**: Advogada e Bacharel em Administração, Diretora Técnica de Divisão do Gabinete Técnico da Presidência do Tribunal de Contas do Estado de São Paulo; autora de artigos científicos (O Controle Externo dos Regimes Próprios pelos Tribunais de Contas). **Votação:** Aprovada.

Indicação da Conselheira Maria Regina Freire Martins à Diretoria Executiva e ao Coordenador e Gerente das Unidades de Lazer para a elaboração de um conjunto de regras sobre o modo como se dará a comunicação entre o Gerente da Unidade de Lazer e o Associado, quando houver o fechamento da cidade ou outro motivo para a Unidade de Lazer não poder receber o hóspede, evitando-se assim o desconforto e a contrariedade depois que o associado já está em trânsito. A **Conselheira Maria Regina Freire Martins** disse que sua proposta foi baseada no relato que teve de uma associada, depois de ter viajado seis ou sete horas para chegar a uma unidade de lazer, com gastos de gasolina, pedágios e alimentação, e que somente ao chegar na unidade

soube pelo Gerente que não poderia ficar na Unidade por causa do Decreto do Prefeito da cidade para fechamento geral. A **Conselheira Maria Regina** entendeu que houve uma falha já que o hotel tem por obrigação avisar que vai fechar. O **Conselheiro Edson Toshio Kubo** entendeu que também faltou prudência por parte dos associados. O **Conselheiro Edison Pinceli** disse que não acreditar não ter havido negligência do gerente da Unidade. A **Conselheira Edna Pedroso de Moraes** disse que deveria haver uma portaria para orientar os gerentes nesses casos. O **Conselheiro Antônio Carlos Duarte Moreira** entendeu que o gerente deveria comunicar ao associado, porque é norma de hotelaria, informando que esses associados poderiam ir ao Juizado de Pequenas Causas e pleitear esse pagamento. **Votação.** Aprovada por maioria.

Indicação do Conselheiro Edson Toshio Kubo, solicitando que seja encaminhado à Diretoria Executiva ofício para que seja elaborado estudo para regulamentar os serviços da AFPESP referentes às excursões às Unidades de Lazer e outras localidades turísticas ou viagens culturais. O **Conselheiro Edson Toshio Kubo** disse que seria importante a Diretoria Executiva editar normas sobre o que pode ser feito ou não em respeito aos nossos associados e dar maior segurança jurídica a esse tipo de atividade. O **Conselheiro Antônio Carlos Duarte Moreira** disse que já havia excesso de normatização e aconselhou reformular a indicação. O **Conselheiro Edson Toshio Kubo** aceitou a proposta. **Votação:** Aprovada por maioria.

Indicação do Conselheiro Edson Toshio Kubo no sentido de instalar bebedouros de água para os associados, colaboradores, conselheiros e Diretores portadores de necessidades especiais. O **Conselheiro Edson Toshio Kubo** propôs que fossem instalados esses bebedouros para pessoas portadoras de necessidades especiais. A **Conselheira Silvia Lin Mei Tchun** entendeu que não seria o momento adequado instalar esse tipo de bebedouros. **Votação.** Aprovada por maioria.

Indicação do Conselheiro Edson Toshio Kubo, solicitando seja encaminhado à Diretoria Executiva pedido de estudo para a implantação de sistemas de captação e utilização de energia solar nas Unidades de Lazer e demais prédios, como as Unidades Regionais, que comportem e sejam viáveis economicamente o sistema fotovoltaico. O **Conselheiro Edson Toshio Kubo** citou como exemplo a Fazenda de Ibirá que já tem essa usina fotovoltaica. É uma fonte de energia limpa e renovável, gerando sustentabilidade, apesar do seu custo de implantação, mas que fica cada vez mais acessível, com eficiência na captação de energia. O C**onselheiro Antônio Carlos Duarte Moreira** disse que a proposta é muito oportuna e deveríamos incentivar na associação, porque teríamos uma economia substancial na conta de luz, podendo a sobra ser colocada na rede. **Votação:** Aprovada por unanimidade.

Breves Comunicados da Presidência

O **Presidente do Conselho Deliberativo** agradeceu o empenho dos colaboradores da Secretaria do Conselho, Sra. Silmara, Sr. Samuel e a Sra. Thaís. As reuniões virtuais trouxeram uma renovação para nós do Conselho Deliberativo e toda a AFPESP. Devemos pensar também em fazer a regulamentação das reuniões virtuais para os momentos que a situação exigir, prevendo não só no Regimento Interno do Conselho, mas também no Estatuto, pois essa é outra necessidade a ser discutida, inclusive para o Estatuto, a questão do voto por carta para os Associados eleitores da Capital. Com relação à verificação de declaração de vitaliciamento de Conselheiros, tem sido uma praxe periódica na Associação, a declaração da condição de vitalício que se adquire depois de 18 anos de exercício de mandatos consecutivos. Informou que será desnecessária a candidatura às eleições de Conselheiros, porquanto serão declarados vitalícios, no dia 12 de janeiro de 2022, quando completarão 18 anos exatamente naquela data, ocasião da posse dos novos Conselheiros eleitos, pois serão declarados vitalícios, ao menos seis Conselheiros que estariam nessa condição. A Mesa fará uma consulta às Comissões Permanentes, em relação a esses Conselheiros, para que possamos tornar desnecessária qualquer candidatura dos mesmos na próxima eleição, aguardando essa data para serem declarados vitalícios.

Breves Comunicados de Conselheiros

O **Conselheiro Edison Pinceli** destacou a decisão da Juíza do Trabalho, Ana Maria Moraes. A Desembargadora apontou que as medidas de isolamento social geraram queda drástica no faturamento da empresa, importando em risco maior à sobrevivência nesse caso da empresa, e não dos empregados, ante ao rombo econômico-financeiro e à manutenção da suspensão das atividades. Destacou que a Juíza ressaltou que diversos precedentes consideram a crise financeira motivo suficiente para a dispensa coletiva e a empresa não pode ter cerceado o seu direito de administrar seus recursos financeiros, o que passa pelo gerenciamento da mão de obra disponível. Referiu que a reforma trabalhista de 2017 não exige que desligamentos em massa sejam negociados de forma prévia. E o Conselheiro concluiu que a Associação, com essa decisão da Justiça do Trabalho em caso semelhante, tem as demissões que fez plenamente justificadas, mesmo porque do contrário teria um rombo de mais de 20 milhões e hoje alguém poderia estar cobrando as demissões.

O **Conselheiro Mario Palumbo** disse que nosso Conselho é composto por uma elite de pessoas eminentemente qualificadas, seja pelos altos cargos na administração pública, como pelas qualidades morais e específicas de cada qual. A pergunta que se impõe neste momento é quem está trabalhando a favor ou contra o funcionalismo. Em volta desta finalidade é importante a harmonia dos poderes, Conselho Deliberativo, Conselho Fiscal e Diretoria Executiva. Somos todos voluntários e dedicamos nosso tempo e nossa energia para a Associação. Não temos salário para esse serviço voluntário. Nossa Associação cresceu graças ao trabalho e à dedicação dos nossos colegiados que, no entusiasmo de servir ao sócio e ao funcionalismo, não pouparam tempo e trabalho para levar a Associação à atual pujança. Lembrou do saudoso Doutor Wilson Ribeiro, que não se permitia sair de férias e até sacrificava a família. Destacou que a Associação cresceu e se expandiu muito no interior e, finalmente, propôs estudos que permitam a um consenso para viabilizar que representantes dos associados residentes no interior possam assumir cargo na Diretoria Executiva.

Aniversariantes do Mês de Julho e Datas Comemorativas

O **Vice-Presidente** informou os aniversariantes do mês e as datas comemorativas foram relembradas pelo **1º Secretário.** A **Conselheira Edna Pedroso de Moraes** disse que no dia 22 de julho o programa Voz do Brasil completou 86 anos, o que foi anotado pela Secretaria. O **Conselheiro Antônio Arnosti** sugeriu que essa listagem fosse publicada sempre no mês anterior, o que foi parcialmente acolhido. A **Conselheira Edna Pedroso de Moraes** fez uma homenagem ao **Conselheiro e Desembargador Artur Marques da Silva Filho,** que se aposentou recentemente, sendo também cumprimentado pelo C**onselheiro Paulo César Corrêa Borges.** O **1º. Secretário** fez a leitura das justificativas de ausência e a **Conselheira Edna Pedroso de Moraes** fez a leitura da referida homenagem ao Exmo. Sr. Desembargador Artur Marques da Silva Filho. O Presidente da Mesa Diretora do Conselho Deliberativo agradeceu a todos e encerrou a reunião.